

CGU

Controladoria-Geral da União

Secretaria Executiva

Diretoria de Gestão Interna



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

EXERCÍCIO DE 2019

As Demonstrações Contábeis da Controladoria-Geral da União -CGU contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

CGU

Controladoria-Geral da União

Secretaria Executiva

Diretoria de Gestão Interna



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro

70070-905 – Brasília-DF

cgu@cgu.gov.br

MINISTRO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Wagner de Campos Rosário

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Marcelo Gustavo de Carvalho

DIRETORA DE GESTÃO INTERNA

Vivian Vivas

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Giovanni Cândido Dematte

CONTADOR RESPONSÁVEL

Airson de Araujo Souza - CRC nº GO-016070/O

EQUIPE TÉCNICA:

Anderson Nunes Vieira

Carlos Alexandre Vieira de Vasconcelos

Maria Helena Kerber



<i>5.1. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)</i>	<i>34</i>
<i>5.1.1. Nota 18 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</i>	<i>34</i>
<i>6. NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS</i>	<i>34</i>
<i>6.1. Uso de Estimativas e Julgamentos</i>	<i>34</i>
<i>6.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis</i>	<i>35</i>
<i>6.3. Mecanismos utilizados para Controle e Garantia da Confiabilidade Contábil</i>	<i>35</i>
<i>6.4. Unidades Gestoras Executoras da Controladoria-Geral da União (CGU).....</i>	<i>35</i>



APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, que tem como responsabilidade a realização de atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Na qualidade de Órgão Central, o ministério exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, conforme art. 1º do Decreto nº 9.681/2019, prestando a orientação normativa necessária.

A Diretoria de Gestão Interna – DGI, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis da CGU, as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Tais demonstrativos foram extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na data-base de 31/12/2019.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta CGU não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Destaca-se que a CGU tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras que compõem a CGU são responsáveis por administrar e executar as dotações orçamentárias, financeiras e patrimoniais no sistema SIAFI, com o fim de registrar todos os seus atos e fatos administrativos.

A seguir, são apresentadas a Declaração do Contador e as demonstrações contábeis da CGU, relativas ao exercício de 2019, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas (NE).



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O Serviço de Contabilidade - SECON, de acordo com a [Portaria nº 3553](#), de 13/11/2019, compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGCOF da Diretoria de Gestão Interna da Controladoria-Geral da União-CGU, e conforme o artigo 17, inciso V, exerce a competência de Setorial Contábil de Órgão Superior deste Ministério.

O escopo desta declaração é a conformidade das demonstrações contábeis, realizada pela SECON, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, sistema esse são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da CGU são as seguintes:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do ministério.
- **Balanco Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanco Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- **Demonstração do Fluxo de Caixa** – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Ressalva

Emissão do Relatório Analítico de Inventário Patrimonial – Conforme os arts. 94 e 96, da Lei 4.320/64, c/c os itens 8 a 8.4, da IN 205/1988 da SAP/PR, o inventário patrimonial consiste na verificação física de todos os bens patrimoniais, assim como na identificação da localização, do número do patrimônio, da descrição e da perfeita caracterização desses bens e ainda de suas condições de uso e estado de conservação, devendo ser utilizado como instrumento de informação gerencial, controle e prestação de contas.



Cabe informar que até a presente declaração, os trabalhos relativos ao Relatório de Inventário Patrimonial Analítico deste Ministério, exercício de 2019, não haviam sido concluídos, o que impossibilitou o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio, assim como a identificação das divergências e ajustes necessários para que o Balanço Patrimonial possa refletir, com fidedignidade, os bens da CGU com os dados registrados nos sistemas SIADS e SIAFI.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Controladoria-Geral da União, exceto no tocante à ressalva apontada.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2020.

Airson de Araujo Souza

CRC nº GO-016070/O

Contador Responsável



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) da CGU evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em 2019 em relação a 2018. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais de responsabilidade da Controladoria-Geral da União – CGU, com capacidade de gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desenvolvimento futuro. O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação patrimonial da entidade.

BALANÇO PATRIMONIAL

				R\$			
ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		139.366.888	76.183.151	PASSIVO CIRCULANTE		126.669.952	66.145.243
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	76.799.527	74.247.092	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5	113.238.556	57.818.707
Créditos a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6	381	991.126
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	62.479.425	1.739.717	Demais Obrigações a Curto Prazo		13.431.015	7.335.411
Estoques		87.937	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente			196.341	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		126.669.952	66.145.243
ATIVO NÃO CIRCULANTE		142.601.905	129.887.809	Ajustes de Avaliação Patrimonial		73.479	
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Resultados Acumulados	7	155.225.363	139.925.716
Investimentos		-	-	Resultado do Exercício		15.976.972	-3.413.616
Imobilizado	3	128.343.015	117.204.180	Resultados de Exercícios Anteriores		139.925.716	144.332.928
Bens Móveis Líquido		31.674.843	30.718.311	Ajustes de Exercícios Anteriores		-677.325	-993.595
Bens Móveis		69.373.290	67.555.858	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.298.842	139.925.716
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-37.698.447	-36.837.546				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-				
Bens Imóveis		96.668.173	86.485.869				
Bens Imóveis		98.922.919	87.464.079				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.254.746	-978.211				
Intangível	4	14.258.890	12.683.629				



Softwares	14.258.890	12.683.629		
Softwares	14.956.607	13.381.346		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-697.717	-697.717		
TOTAL DO ATIVO	281.968.793	206.070.959	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	281.968.793 206.070.959

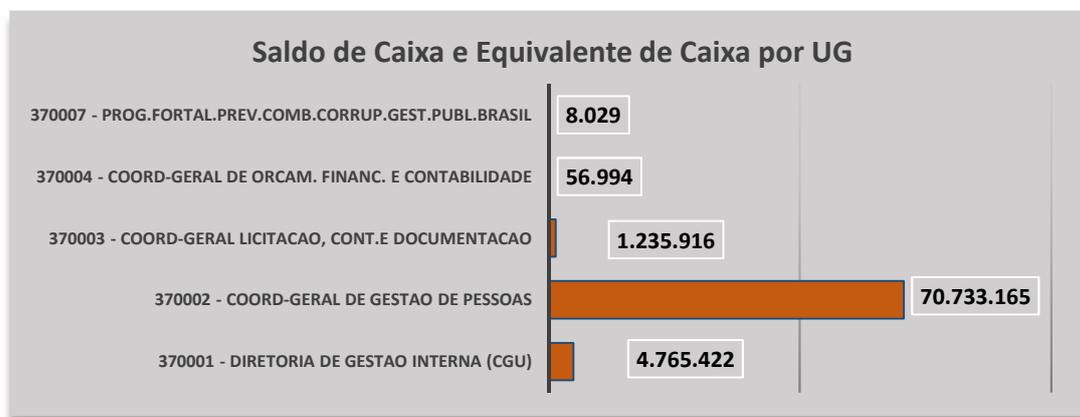
Fonte: SIAFI

1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

1.1 NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalência de Caixa da CGU é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do Ministério, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979.

Gráfico 1 - Saldo de Caixa e Equivalência de Caixa por UG



Fonte: SIAFI

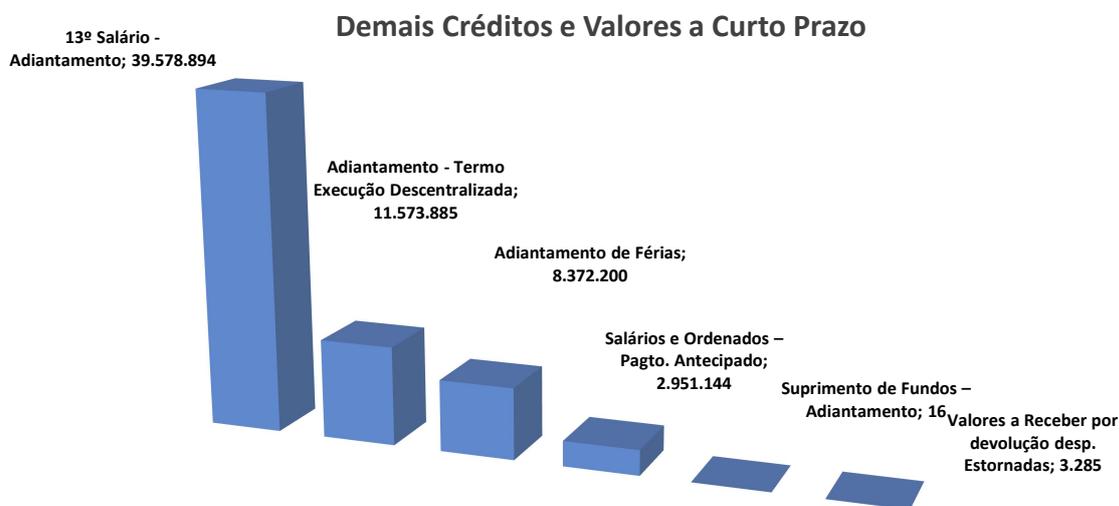
Da figura anterior, depreende-se que o maior volume de recursos está concentrado na UG 370002, responsável pelo pagamento de Pessoal. O saldo expressivo se deve à liberação dos recursos da folha, sempre no último dia do mês, ou seja, no dia útil anterior à data de pagamento, oportunidade em que é gerada a Ordem de Pagamento, quando ocorre a reserva de recursos da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagto Ordem Pagto – OFSS, até a assinatura dos gestores com a geração da Ordem Bancária no dia útil seguinte, que nesse caso ocorre no próximo exercício.



1.1.2 Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A rubrica “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, além daquelas constantes na conta “Créditos a Curto Prazo”.

Gráfico 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (DEZ/2019)



Fonte:
SIAFI

No gráfico anterior, observe-se

se que os montantes mais expressivos, entre os demais créditos e valores a curto prazo, referem-se às rubricas “13º Salário – Adiantamento”, “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada”, “Adiantamento de Férias”, “Salários e Ordenados – Pagto. Antecipado”.

Os valores referentes às rubricas “13º Salário – Adiantamento”, “Adiantamento de Férias” e “Salários e Ordenados – Pagto. Antecipado” se devem à apropriação das despesas relativas às férias dos servidores, conforme estabelece a Macrofunção SIAFI 021142, que trata dos procedimentos para apropriação da Folha de Pagamento. Cabe destacar que em dezembro e em janeiro a quantidade de servidores em férias é maior, sendo que nesse período muitos servidores antecipam 13º Salário, gerando obrigações na rubrica “13º Salário Adiantamento”, responsável por 63% do total das obrigações.

A rubrica “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada” se destacou com 19% do total dos créditos a curto prazo e teve em sua composição valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências para outras unidades por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, os quais estão vigentes e adimplentes, aguardando o término da vigência para, mediante a prestação de contas, efetuar os procedimentos de baixa e conclusão no SIAFI.

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, a



qual teve o seu saldo gerado por lançamento contábil automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, fazendo refletir nos demais créditos a curto prazo os valores transferidos a comprovar por meio de TED's.

1.1.3 Nota 3 – Imobilizado

O Imobilizado da Controladoria-Geral da União (CGU) é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

a) Bens Móveis

Os Bens Móveis da Controladoria-Geral da União – (CGU), em 31/12/2019, totalizavam o montante de R\$ 31,6 milhões, distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Bens Móveis

R\$

Bens Móveis (Saldo Contábil)		
Bens Móveis	dez/19	dez/18
Máquinas, Ap. Equip. Ferramentas	6.974.217	6.518.012
Bens de Informática	37.450.567	36.538.015
Móveis e Utensílios	13.146.567	12.193.766
Material Cult., Educ. e Comunicação	1.245.833	1.286.292
Veículos	8.569.390	8.649.597
Bens Móveis em Almojarifado	2.230	607.835
Demais Bens Móveis	1.984.486	1.762.341
Valor Bruto Contábil dos bens	69.373.290	67.555.858
Depreciação Acumulada	-37.698.447	-36.837.546
Valor Contábil Líquido	31.674.843	30.718.311

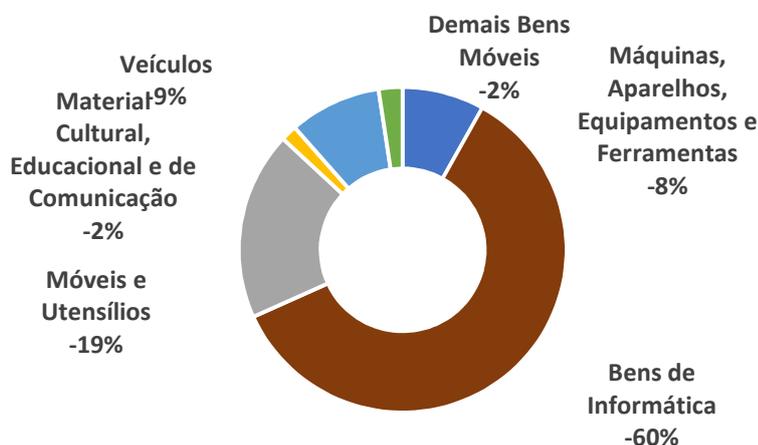
Fonte: SIAFI

O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens em dezembro de 2019, no montante de **R\$ 31.674.843**, ou seja, do valor bruto de **R\$ 69.373.290** o órgão apresenta uma depreciação de 54% de seu Imobilizado registrado na rubrica de “Bens Móveis”, que se deve em sua maior parte aos bens de informática, que apresenta o percentual de 60% em relação ao total de Bens Móveis depreciados.

Cabe destacar que no exercício sob análise, houve um grande incremento de bens de informática, referente à execução de despesas com investimentos.

O gráfico seguinte detalha a depreciação acumulada dos bens móveis da CGU.

Gráfico 3 – Depreciação Acumulada (detalhamento)



b) Bens Imóveis

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis do órgão, localizados em Brasília ou em suas unidades regionais nos estados.

Na tabela seguinte é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis referente aos meses de dezembro/2018 e dezembro/2019.

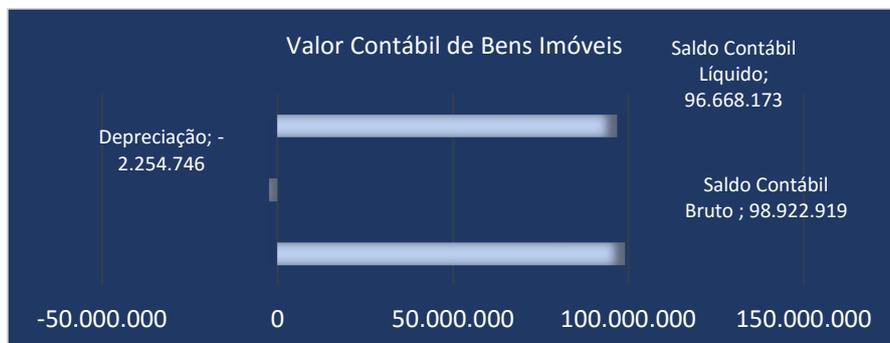
Tabela 2 – Bens Imóveis

R\$		
Bens Imóveis – Composição e Saldo Contábil		
	2019	2018
Bens de Uso Especial	96.316.368	85.116.765
Bens Imóveis em Andamento	87.001	87.001
Instalações	2.519.550	2.260.313
Saldo Contábil Bruto	98.922.919	87.464.079
Saldo Contábil Líquido	96.668.173	86.485.869

Fonte: SIAFI

O saldo contábil líquido dos imóveis em dezembro de 2019 totalizou R\$ 96.668.173. A depreciação acumulada decorrente de fatores como: redução pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, totalizou o montante R\$ (2.254.746), ou seja, 2% em relação ao valor bruto de R\$ 98.922.919.

Gráfico 4 – Bens Imóveis: Valor Contábil Atualizado em de/2019



Fonte: SIAFI

A variação positiva em 2019, comparado ao exercício de 2018, representa um aumento de 13% nos Bens de Uso Especial devido às reavaliações e às construções dos Bens Imóveis efetuadas pelas seguintes Regionais:

- CGU/R-PE: R\$ 5.200.012,80 referente a atualização no Spiunet dos valores de 2 (dois) terrenos (sem benfeitorias, destinados a construção da sede da Regional), conforme avaliação de mercado pela empresa Valor Engenharia;
- CGU/R-RN: R\$ 6.330.831 referente valor total da obra da sede da Regional, contratado com a construtora Marbella Residence Incorporadora e Construtora, anteriormente a conta contábil registrava apenas o valor do terreno;
- CGU/MG: R\$ 887.100,00 referente reavaliação de imóveis no sistema Spiunet, a qual ocorre de 2 em 2 anos conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 de 10/12/2014 e Instrução Normativa SPU nº 02/2017 de 02/05/2017;
- CGU/MA: R\$ 3.991.484,00 referente à construção da sede da CGU/MA pela empresa LDM Construções LTDA.

1.1.4 Nota 4 – Intangível

O intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

A CGU, em cumprimento à norma específica, classifica a vida útil do ativo intangível em definida ou indefinida.

O termo “indefinida” não significa “infinita”. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil sempre que existir indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor.



A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

A tabela seguinte demonstra a composição dos bens intangíveis do Ministério e respectivos saldos contábeis.

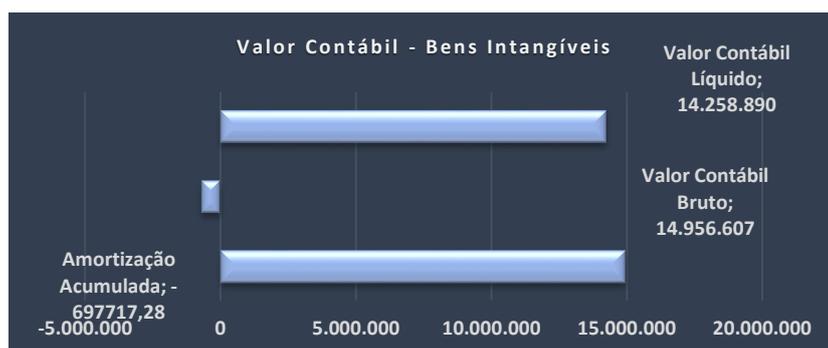
Tabela 3 – Bens Intangíveis

R\$		
Intangível – Composição e Saldo Contábil		
	dez/19	dez/18
Software com Vida Útil Definida	1.988.449	1.810.049
Software com Vida Útil Indefinida	12.968.158	11.571.297
Valor Contábil Bruto	14.956.607	13.381.346
Valor Contábil Líquido	14.258.890	12.683.629

Fonte: SIAFI

O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens intangíveis em dezembro de 2019, no montante de R\$ 14.258.890, após a amortização acumulada em 5%, em relação ao valor bruto de R\$ 14.956.607, registrados na contabilidade da CGU.

Gráfico 5 – Bens Intangíveis: Valor Contábil Atualizado em dez/2019



Fonte:

SIAFI

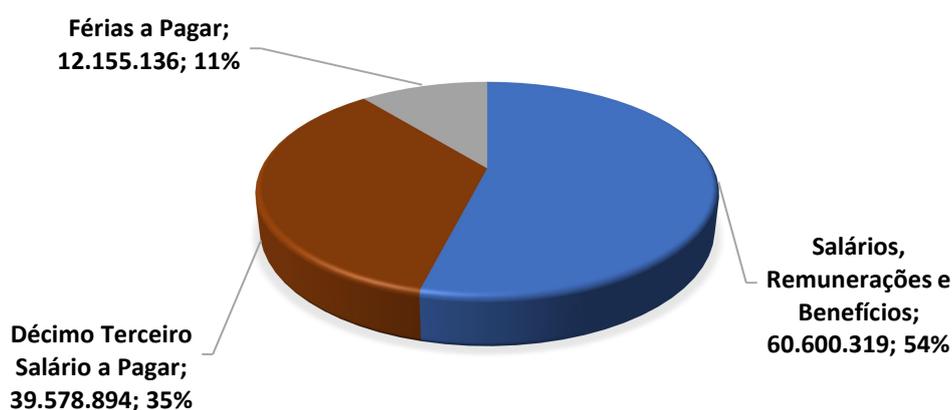
1.1.5 Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)

A rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.



O gráfico seguinte demonstra a composição da rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” da CGU ao final do exercício de 2019.

Gráfico 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar – CP



Fonte: SIAFI

As rubricas de “Décimo Terceiro Salário a Pagar”, “Férias a Pagar” e “Salários, Remunerações e Benefícios” se referem às apropriações da folha de pagamento do mês de dezembro, em respeito ao princípio da Competência, que deverão ser baixadas de acordo com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, estabelecidas em norma que trata da Folha de Pagamento.

A apropriação mensal por competência é necessária na medida em que cada mês trabalhado pelo servidor ou empregado enseja na necessidade de reconhecimento da obrigação por parte da unidade pagadora.

1.1.6 Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A CGU apresentou um saldo de 381 reais, em dezembro de 2019, na rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, praticamente zerando o saldo em relação ao exercício anterior.

A tabela seguinte contém os valores por UG nos exercícios de 2018 e 2019.

Tabela 4 – Fornecedores e Contas a Pagar por UG

RS



Fornecedores e Contas a Pagar por UG - Curto Prazo		
Unidade Gestora	dez/19	dez/18
370002 – COGEP	0	4.204
370003 – CGLCD	381	964.107
370007 - PROPREVINE	0	22.815
TOTAL	381	22.815

Fonte: SIAFI

Os valores apresentados na UG 370003 se referem a obrigações relacionadas a licenciamento e seguro obrigatório de veículo da CGU.

1.1.7 Nota 7 – Resultados Acumulados

A rubrica “Resultados Acumulados” compreende os superávits ou déficits acumulados do Balanço Patrimonial da CGU.

A rubrica “Resultados Acumulados” da CGU está representada pelas seguintes contas:

- **Resultado do Exercício** – corresponde à diferença entre os valores registrados ao longo do exercício nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), representando o Resultado Patrimonial (Resultado do Exercício), verificado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP).

No exercício de 2019, o Resultado Patrimonial da CGU foi de R\$ 15.976.972;

- **Resultados de Exercícios Anteriores** – correspondem aos Resultados Acumulados dos exercícios anteriores que foram transferidos para o exercício seguinte. Os Resultados de Exercícios Anteriores da CGU corresponderam a um montante de R\$ 139.925.716;
- **Ajustes de Exercícios Anteriores** – registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes e corresponderam a um total de R\$ (677.325).

O gráfico seguinte apresenta a composição do saldo “Resultados Acumulados” da CGU em dezembro de 2019.

Gráfico 7 – Resultados Acumulados



Fonte: SIAFI

2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário da CGU demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, Demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES							
Outras Receitas Correntes							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
RECEITAS DE CAPITAL							
Operações de Crédito							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
SUBTOTAL DE RECEITAS							
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO							
DEFICIT				RS1.106.814.811	RS1.106.814.811		
TOTAL				RS1.106.814.811	RS1.106.814.811		

RS

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.063.358.205	1.121.622.664	1093447558	1071132861	1.002.219.930	28.175.106
Pessoal e Encargos Sociais		952.285.654	1.013.550.113	987.335.828	986.092.288	918.997.895	26.214.285
Outras Despesas Correntes		111.072.551	108.072.551	106.111.729	85.040.573	83.222.035	1.960.822
DESPESAS DE CAPITAL		18.167.516	21.167.516	13367253,66	4180394,71	4.180.395	7.800.262
Investimentos		18.167.516	21.167.516	13.367.254	4.180.395	4.180.395	7.800.262
TOTAL DAS DESPESAS	8	1.081.525.721	1.142.790.180	1.106.814.811	1.075.313.256	1.006.400.325	35.975.369

Fonte: SIAFI

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		3.582.298	38.925.287	11690609	11687110	12.260.189	18.560.286
Pessoal e Encargos Sociais	-		23.559.288	674.447	674.447	6.964.972	15.919.868
Juros e Encargos da Dívida	-		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.582.298		15.365.999	11.016.162	11.012.663	5.295.217	2.640.417
DESPESAS DE CAPITAL		226.053	8.592.051	8461387	8461387	171.144	185.573



Investimentos		226.053	8.592.051	8.461.387	8.461.387	171.144	185.573
TOTAL	9	3.808.352	47.517.338	20.151.996	20.148.497	12.431.334	18.745.858

Fonte: SIAFI

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		46.911	65.314.975	65.184.176	40.761	136.949
Pessoal e Encargos Sociais		41.504	62.617.650	62.544.251	31.510	83.393
Outras Despesas Correntes		5.407	2.697.324	2.639.925	9.250	53.556
DESPESAS DE CAPITAL		-	10.110	10110	-	-
Investimentos	-		10.110	10.110	-	-
TOTAL	9	46.911	65.325.085	65.194.286	40.761	136.949

Fonte: SIAFI

A execução orçamentária da CGU se deu especificamente em relação às despesas públicas, tendo em vista que este Ministério não tem recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Portanto, a previsão e a arrecadação da receita são efetuadas no âmbito do Ministério da Economia, sendo os recursos descentralizados à CGU por meio de Transferência Financeira (cotas) pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

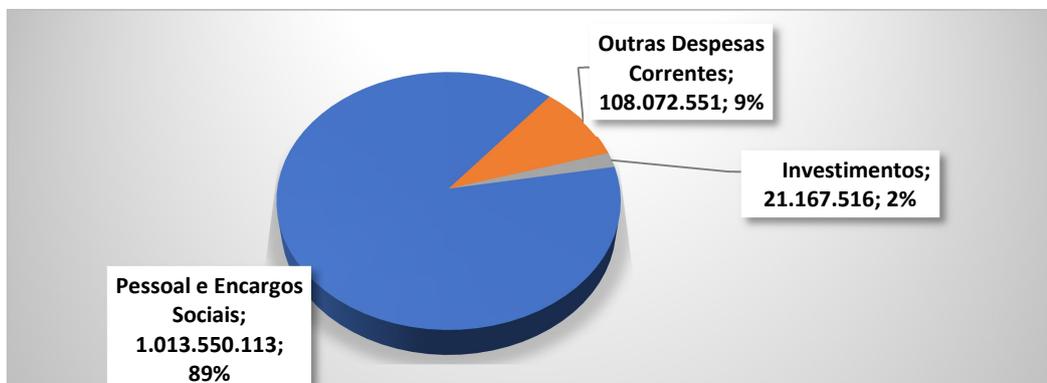
2.1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

2.1.1. NOTA 8 – DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

a) Dotação da Despesa

Para o exercício financeiro de 2019, a CGU contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.142.790.180, distribuídas conforme o gráfico seguinte.

Gráfico 8 – Dotação Orçamentária Atualizada (2019)



Fonte: SIAFI

c) Execução da Despesa

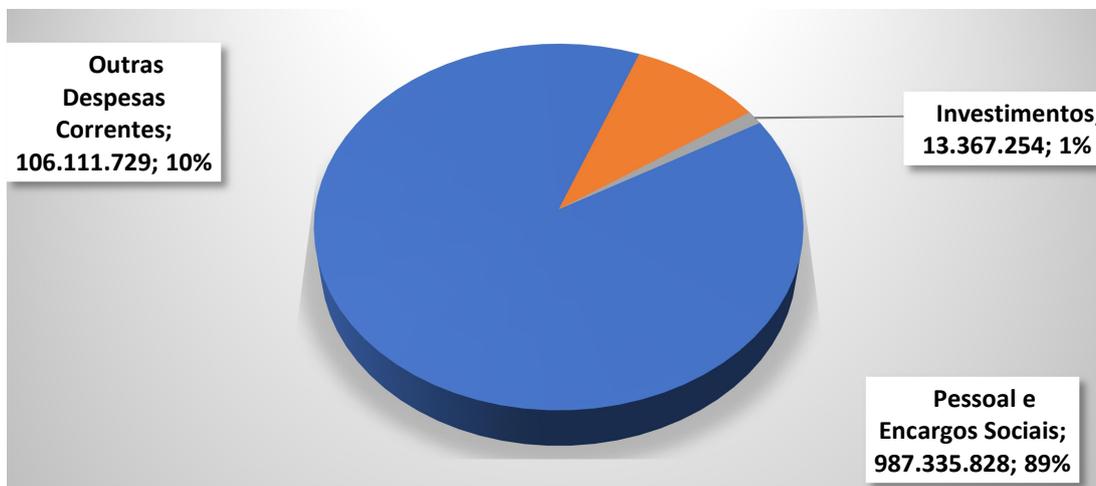
Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária executada no exercício, em 2019 a CGU executou 97% do orçamento atualizado para o exercício.

Em termos técnicos, a CGU teve uma economia de despesa na ordem de R\$ 35.975.369, resultado da comparação da dotação atualizada de R\$ 1.142.790.180 com as despesas empenhadas (despesas executadas) no valor de R\$ 1.106.814.811.

Cabe ressaltar que é praxe a economia de despesa, tendo em vista as liberações de recursos orçamentários contingenciados próximas ao final do exercício, o que dificulta a realização de procedimentos licitatórios em tempo hábil. Além disso, o contrário, excesso de despesa, seria impossível, já que não há como ter uma despesa realizada maior do que a fixada em termos orçamentários.

No gráfico seguinte, tem-se a repartição da despesa executada no exercício de 2019 por grupo de despesa.

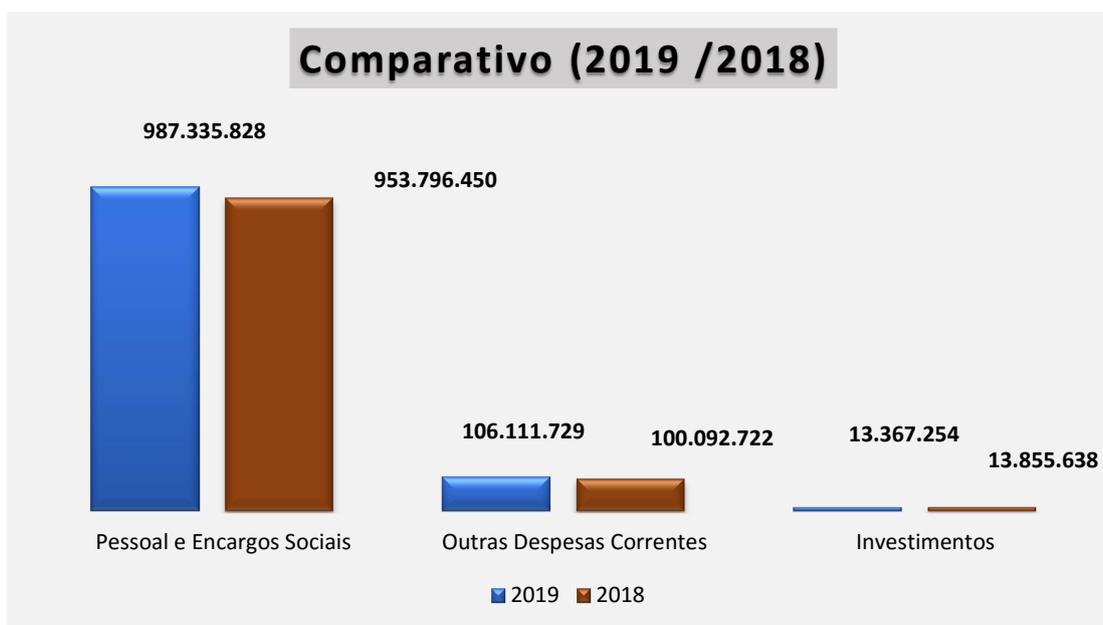
Gráfico 9 – Execução Orçamentária Total por Grupo de Despesa – 2019



Fonte: SIAFI

No gráfico seguinte, observa-se que não houve grandes variações no exercício de 2019 em comparação com 2018, com destaque para o aumento, em termos de valores, de R\$ 33.539.378 no grupo “Pessoal e Encargos Social”, ocasionado principalmente pela implantação da última parcela de reajuste salarial no percentual de 6,31%.

Gráfico 10 – Comparativo (2019 e 2018)



Fonte: SIAFI

Despesas Obrigatórias e Discricionárias



No gráfico seguinte, tem-se que 90% da execução orçamentária da CGU foram destinadas às despesas obrigatórias e 10% às despesas discricionárias.

Gráfico 11 – Despesas Obrigatórias e Despesas Discricionárias



Fonte: SIAFI

Conforme se observa no gráfico 4, 88% das despesas discricionárias são do grupo “outras despesas correntes” e 12% são do grupo “Investimentos”.

Gráfico 12 – Despesas Discricionárias



Fonte: SIAFI

Em relação às despesas obrigatórias, a execução se deu praticamente no grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, conforme se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 13 – Despesas Obrigatórias



Fonte: SIAFI

Destaca-se que o montante de 1% das despesas obrigatórias é formado por “benefícios previdenciários”, a exemplo dos auxílios alimentação e ressarcimento de assistência médica/odontológica, constantes do grupo “outras despesas correntes”.

2.1.2. NOTA 9 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Na tabela seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Processados (RPP), inscritos em exercícios anteriores, executados até o final do exercício de 2019.

Tabela 5 – Execução de Restos a Pagar em 2019

RESTOS A PAGAR	VALOR INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	SALDO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	R\$
Não Processados	51.325.689	12.431.334	20.148.497	18.745.858	39,3%	
Processados	65.371.996	40.761	65.194.286	136.949	99,7%	
Total	116.697.685	12.472.094	85.342.784	18.882.807	73,1%	

Fonte: SIAFI

Conforme a tabela 3, a CGU executou e pagou em 2019 cerca de 39% dos RPNP inscritos em exercícios anteriores, passando um saldo a pagar para o exercício de 2020 de R\$ 18.745. 858. Em relação ao RPP, a CGU pagou praticamente todo o valor inscrito, restando apenas um saldo de R\$ 136.949 para o exercício de 2020. No total, tem-se um índice de 73,1% de realização de pagamentos de Restos a Pagar no exercício de 2019.



A tabela a seguir traz o comparativo dos itens que compõem os restos a pagar inscritos em dezembro de 2019 em comparação com o exercício anterior.

Tabela 6 – Inscrição de Restos a Pagar

Grupo de Despesa	2019	2018	AH	2019	2018	AH
	RPP			RPNP		
Pessoal e Encargos Sociais	67.094.393	62.617.650	7%	1.243.541	23.559.288	-95%
Outras Despesas Correntes	1.822.037	2.697.324	-32%	21.071.156	15.365.999	37%
Investimentos	0	10.110	-100%	9.186.859	8.592.051	7%
Total	68.916.430	65.325.085	5%	31.501.556	47.517.338	-34%

Fonte: SIAFI

Da tabela anterior, observa-se uma redução em 34% de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e um aumento de 5% de Restos a Pagar Processados (RPP), inscritos em 2019, comparados ao exercício de 2018.

3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da CGU evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicou o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.



3.1 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

3.1.1. NOTA 10 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas, compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Esse grupo representa praticamente os valores de Cota Recebida, decorrentes da execução do Orçamento, representando um acréscimo de 6% em relação ao exercício de 2018.

Tabela 7 – Transferência e Delegações Recebidas

VPA	2019	2018	AH %
Transferências e Delegações Recebidas	1.068.388.731	1.009.367.460	6%

Fonte: SIAFI

3.1.2. NOTA 11 - VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

Tabela 8 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			RS
	2019	2018	
Reavaliação de Ativos	7.079.459	5.264.882	
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.237.492	332.603	
Ganhos com desincorporação de passivos	112		
TOTAL	18.317.063	5.597.484	

Fonte: SIAFI



A rubrica “Reavaliação de Ativos” compreende os valores de reavaliação de bens imóveis de uso especial, realizado pelo Spiunet, nas Superintendências do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais.

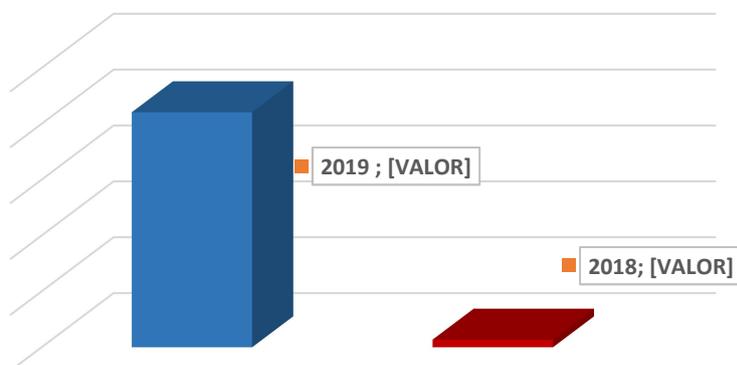
Em referência a Ganhos com Incorporação de Ativo, verificou-se o registro de Imóveis de Uso Especial no Spiunet por parte da Controladoria-Regional da União no Estado do Pernambuco bem como lançamentos no SIAFI de acordo com a nova rotina de contabilização de TED – Transferência de Execução Descentralizada, que possibilitaram apropriações de ativos nas UGs descentralizadoras e de passivos nas UGs receptoras.

3.1.3. NOTA 12 – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

Cabe destacar que na rubrica “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, constante das Demonstrações das Variações Patrimoniais da CGU, observou-se um saldo de 2980% a maior no encerramento do exercício de 2019, em relação ao exercício anterior, conforme gráfico seguinte.

Gráfico 14 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: SIAFI

Essa variação se deu praticamente devido aos valores arrecadados no âmbito dos acordos de leniência, com multas de R\$ 79.609.277 e de ressarcimentos de R\$ 339.985.575, totalizando um montante de R\$ 419.594.852.

Cumprir esclarecer que os referidos ingressos não compõem o orçamento da CGU e são, posteriormente, repassados ao Tesouro Nacional.

Quanto ao Acordo de Leniência, a Lei nº 12.846, de 01/8/2013, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública,



nacional ou estrangeira, definindo no seu art. 16, § 10, que a CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal. Por meio da Portaria Interministerial da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União nº 2.278/2016, de 15/12/2016, foram definidos os procedimentos para a celebração do acordo de que trata a Lei nº 12.846, de 01/8/2013. Logo, há a atuação conjunta deste órgão com a Advocacia-Geral da União.

3.1.4. NOTA 13 – VPD – PESSOAL E ENCARGOS

A rubrica “Pessoal e Encargos” da CGU compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do Órgão, incidentes sobre a folha de pagamento, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal.

A tabela 9 discrimina a rubrica Pessoal e Encargos Sociais da CGU em 2019, comparado ao exercício de 2018.

Tabela 9 – Pessoal e Encargos

RS			
Pessoal e Encargos - Composição			
	2019	2018	AH
Vencimentos e Salários	545.233.864	517.560.745	5%
Contribuição Patronal para o RPPS	97.258.018	106.912.955	-9%
13º Salário - RPPS	47.109.490	49.255.960	-4%
Gratificações	27.483.777	25.807.960	6%
Férias - RPPS	20.024.134	15.224.876	32%
Auxílio Alimentação	10.566.024	10.910.731	-3%
Complementação de Previdência	10.881.032	5.375.311	102%
Assistência a Saúde	5.166.681	5.266.044	-2%
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	4.491.756	4.230.552	6%
Abonos	4.262.354	3.995.269	7%
Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.552.109	1.370.459	13%
Auxílio Creche	1.009.407	1.075.486	-6%
Auxílio Moradia - RPPS	517.715	398.281	30%
Ajuda de Custo	629.131	630.601	0%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	274.719	726.293	-62%
Demais Despesas	408.489	410.810	-1%
TOTAL	776.868.700	749.152.331	4%



Fonte: SIAFI

A tabela anterior mostra que a variação mais expressiva ocorreu no elemento de despesa “Complementação de Previdência”, no percentual de 102%, devido ao grande número de servidores que optaram pela migração do regime geral de previdência dos servidores federais para o regime privado da Funpresp.

3.1.5. NOTA 14 - VPD – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

A rubrica “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” da CGU compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Esses benefícios são pagos juntamente com a remuneração mensal, apropriados na folha de pagamento do órgão.

Tabela 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

			R\$
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
	2019	2018	AH
Proventos - Pessoal Civil	196.775.742	174.554.424	13%
13º Salário - Pessoal Civil 16/91	18.987.927	16.723.792	14%
Pensões Civis	12.634.772	11.233.899	12%
Férias Vencidas e Prop. Aposentados	1.276.775	818.585	56%
Sentenças Judiciais - Aposent. RPPS	154.778	176.950	-13%
Gratificações	122.438	95.204	29%
Auxílio Natalidade	35.929	30.915	16%
Auxílio Funeral	72.446	152.922	-53%
Demais Vantagens Pecuniárias	6.164	4.927	25%
Bônus decorrente do exercício atividade		40	-100%
TOTAL	230.066.972	203.791.657	13%

Fonte: SIAFI

Da tabela 10, observa-se um aumento de 13% na rubrica, em relação ao exercício anterior, causado principalmente pelo aumento, em termos de valores, nos “Proventos – Pessoal Civil”, referente às aposentadorias de servidores civis, que somaram um montante de R\$ 22.221.319.

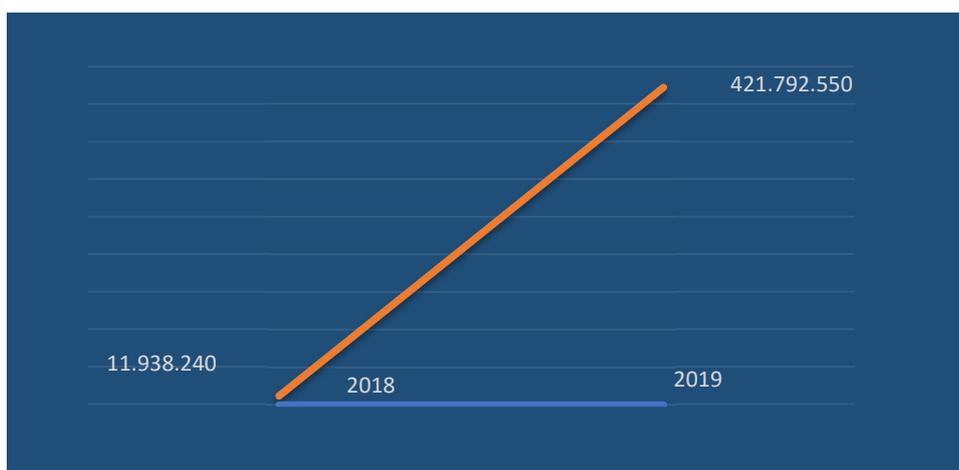


3.1.6. NOTA 15 - VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

As “Transferências e Delegações Concedidas” compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

A rubrica “Transferências e Delegações Concedidas” teve um expressivo aumento de 3433% em relação ao exercício anterior, conforme o gráfico seguinte.

Gráfico 15 - Transferências e Delegações Concedidas



Fonte: SIAFI

Esse aumento se deve, na quase totalidade, ao registro das transferências de valores recebidos provenientes de acordos de leniência, com multas de R\$ 79.609.277 e com ressarcimentos de R\$ 339.985.575, somando R\$ 419.594.852.

3.1.7. NOTA 16 - VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.



Tabela 11 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
	2018	2019	AH
Desincorporação de Ativos	1.111.833	6.963.708	-84%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	1.370.304	28.480	4712%
Reavaliação de Bens Imóveis	79.569	-	
TOTAL	2.561.706	6.992.188	-63%

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela anterior, constatou-se uma diminuição de 63% nos itens da rubrica “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”.

Em relação ao exercício de 2019, os principais fatos que ensejaram nas desvalorizações e nas perdas patrimoniais foram:

- **Desincorporação de Ativos:** verificou-se a baixa de imóvel em duplicidade na regional da CGU no Estado de Pernambuco;
- **Perdas Involuntárias de Bens Móveis:** foram efetuados procedimentos de desfazimento de bens em algumas das regionais do órgão nos Estados, sendo saída por doação, abandono ou baixa administrativa;
- **Reavaliação de Bens Imóveis:** se deu pela desvalorização de imóveis de uso especial no Spiunet.

4. BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro (BF) da CGU evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO

R\$

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
Receitas Orçamentárias		-	11.677
Transferências Financeiras Recebidas		1.094.086.579	1.038.111.911
Resultantes da Execução Orçamentária		1.094.043.645	1.035.311.888



Cota Recebida		1.094.043.645	1.035.311.888
Independentes da Execução Orçamentária		42.934	2.800.023
Recebimentos Extraorçamentários		517.242.146	123.966.973
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9	68.616.265	64.478.995
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9	25.807.612	44.252.573
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.060.484	1.584.969
Outros Recebimentos Extraorçamentários		420.757.785	13.650.436
Saldo do Exercício Anterior		74.247.092	7.350.073
Caixa e Equivalentes de Caixa		74.247.092	7.350.073
TOTAL		1.685.575.817	1.169.440.634

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
Despesas Orçamentárias		1.078.218.927	1.040.242.469
Ordinárias		881.600.103	840.858.511
Vinculadas		196.618.824	199.383.958
Transferências Financeiras Concedidas		446.952.667	39.170.035
Resultantes da Execução Orçamentária		26.587.926	26.008.908
Repasso Concedido		26.000.847	25.908.447
Cota Devolvida		587.078	100.461
Independentes da Execução Orçamentária		420.364.741	13.161.128
Movimento de Saldos Patrimoniais		420.364.741	13.161.128
Pagamentos Extraorçamentários		83.604.696	15.781.038
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9	64.663.228	289.959
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9	16.699.131	13.906.110
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.160.006	1.584.969
Outros Pagamentos Extraorçamentários		82.332	-
Demais Pagamentos		82.332	
Saldo para o Exercício Seguinte	17	76.799.527	74.247.092
Caixa e Equivalentes de Caixa		76.799.527	74.247.092
TOTAL		1.685.575.817	1.169.440.634

Fonte: SIAFI

4.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

4.1.1. NOTA 9 – RESTOS A PAGAR (INSCRITOS E PAGOS)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da Nota Explicativa nº 9.

4.1.2. NOTA 17 – SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE



O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 76.799.527, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o BF do exercício seguinte. Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$

FLUXOS DE CAIXA	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.519.602	72.776.570
INGRESSOS		1.069.948.978	1.014.187.257
Receitas Derivadas e Originárias		-	11.677
DESEMBOLSOS		-1.058.429.376	-941.410.687
Pessoal e Demais Despesas		-957.263.147	-832.377.248
Transferências Concedidas		-98.923.892	-107.448.470
Outros Desembolsos Operacionais		-2.242.337	-1.584.969
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-8.967.167	-5.879.551
DESEMBOLSOS		-8.967.167	-5.879.551
Aquisição de Ativo Não Circulante		-6.467.755	-5.536.322
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.499.412	-343.229
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18	2.552.435	66.897.020
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		74.247.092	7.350.073
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		76.799.527	74.247.092

Fonte: SIAFI



5.1. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

5.1.1. NOTA 18 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em 2019, o valor do fluxo de caixa líquido da CGU correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R\$ 2.552.435. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício anterior, no valor de R\$ 74.247.092, revelou um montante de R\$ 76.799.527. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Resultado Financeiro do Exercício”, apurado no Balanço Financeiro (BF).

Conforme mencionado anteriormente, grande parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas com folha de pagamento inscritas em Restos a Pagar.

Durante o exercício de 2019, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

6. NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Controladoria-Geral da União (CGU) foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observam-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

6.1. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que o órgão faça julgamentos,



estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. A CGU, atenta às práticas contábeis, observa o que estabelece a Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual Siafi, que define, dentre outras, as premissas a serem adotadas no grupo do Imobilizado.

6.2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU) obedece às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

6.3. MECANISMOS UTILIZADOS PARA CONTROLE E GARANTIA DA CONFIABILIDADE CONTÁBIL

A conformidade dos registros e das demonstrações contábeis, realizada pelo Serviço de Contabilidade – SECON da CGU é o principal mecanismo de controle dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela abaixo:

6.4. UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

UNIDADES CENTRAIS		
370001	Diretoria de Gestão Interna	DGI
370002	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	COGEP
370003	Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação	CGLCD
370004	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	CGCOF
370005	Coordenação-Geral de Logística e Patrimônio	CGLPE
370006	Setorial Contábil	SECON



370007	PROG.FORTAL.PREV.COMB.CORRUP.GEST.PUBL.BRASIL (Projeto foi finalizado em 2019)	PROPREVINE
370008	PROG. FORTAL. PREV. COMB. CORRUP. GEST. PUBL. BRASIL – EXTERIOR (Projeto foi finalizado em 2019)	PROPREVINE
370095	SPCI/ODP/REC.EXT. (UG em Desativação)	ODP
370096	SPCI/ODP/REC.EXT. – EXTERIOR (UG em Desativação)	ODP
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS NOS ESTADOS		
370009	Controladoria Regional da União no Estado do Acre	CGU-R/AC
370010	Controladoria Regional da União no Estado do Alagoas	CGU-R/AL
370011	Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas	CGU-R/AM
370012	Controladoria Regional da União no Estado do Amapá	CGU-R/AP
370013	Controladoria Regional da União no Estado do Bahia	CGU-R/BA
370014	Controladoria Regional da União no Estado do Ceará	CGU-R/CE
370015	Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo	CGU-R/ES
370016	Controladoria Regional da União no Estado do Goiás	CGU-R/GO
370017	Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão	CGU-R/MA
370018	Controladoria Regional da União no Estado do Minas Gerais	CGU-R/MG
370019	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul	CGU-R/MS
370020	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso	CGU-R/MT
370021	Controladoria Regional da União no Estado do Pará	CGU-R/PA
370022	Controladoria Regional da União no Estado do Paraíba	CGU-R/PB
370023	Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco	CGU-R/PE
370024	Controladoria Regional da União no Estado do Piauí	CGU-R/PI
370025	Controladoria Regional da União no Estado do Paraná	CGU-R/PR

CGU

Controladoria-Geral da União

Secretaria Executiva

Diretoria de Gestão Interna



370026	Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro	CGU-R/RJ
370027	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	CGU-R/RN
370028	Controladoria Regional da União no Estado do Rondônia	CGU-R/RO
370029	Controladoria Regional da União no Estado do Roraima	CGU-R/RR
370030	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul	CGU-R/RS
370031	Controladoria Regional da União no Estado do Santa Catarina	CGU-R/SC
370032	Controladoria Regional da União no Estado do Sergipe	CGU-R/SE
370033	Controladoria Regional da União no Estado do São Paulo	CGU-R/SP
370034	Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins	CGU-R/TO
370048	Coordenação-Geral de Operações Especiais	SFCOPE

Fonte: SIAFI